

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.788 - SP (2016/0161100-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. CONFIRMAÇÃO PELO ÓRGÃO PLURAL. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. INDICAÇÃO DE PONTOS OMISSOS NA ANÁLISE COLEGIADA. AUSÊNCIA. ALEGAÇÕES RECURSAIS GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ASSERTIVA DE APRECIACÃO MERAMENTE FORMAL PELO COLEGIADO. AFIRMAÇÃO OPOSTA AO CONSIGNADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste nulidade por violação do princípio da colegialidade se a decisão monocrática é confirmada pelo colegiado, sem indicação concreta de prejuízo algum à parte pelo procedimento. Precedentes.
2. A alegação genérica de que o acórdão teria ignorado as razões recursais não indica nenhum argumento do ora agravante que teria deixado de ser considerado na origem. Incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).
3. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator